

## Atraso na UHE Estreito aumenta risco de racionamento de energia

O início da operação da Usina Hidrelétrica Estreito, previsto para 2010, é fundamental para diminuir os riscos de racionamento de energia elétrica a que recentemente o Brasil foi exposto. Um atraso no cronograma da maior obra de geração de energia elétrica em andamento no país representa menos 584 MW de energia firme em um sistema com necessidade mínima de 2.500 MW ao ano, ou seja, cinco hidrelétricas com a capacidade de Estreito a mais para levar energia elétrica a todas as famílias brasileiras. O alerta é do Instituto Acende Brasil (IAB), entidade que desenvolve estudos e projetos de promoção da transparência e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro.



Cláudio Sales relaciona energia elétrica com crescimento econômico

Energia elétrica e crescimento econômico estão diretamente relacionados. “O Operador Nacional do Sistema (ONS), responsável pela operação do sistema elétrico brasileiro, conta com a energia das novas usinas que foram programadas para assegurar a projeção de crescimento médio do PIB nacional, que é de 4,7% ao ano”, informou o presidente do IAB, Cláudio Sales.

De acordo com Sales, a energia da Usina de Estreito representa 23% do que o Brasil precisa em energia assegurada ao ano. “Para se ter uma idéia da importância desse empreendimento, o lastro da UHE Estreito é capaz de suprir na totalidade as demandas atuais de energia dos estados do Maranhão e Tocantins, juntos”.

Na opinião do especialista, a ação civil do Ministério Público do Maranhão que pleiteia a ampliação da área de influência indireta da Usina de Estreito “não faz o menor sentido”, porque vai de encontro à forma criteriosa como transcorreu o processo de licenciamento da UHE Estreito. “Foram seis anos de estudos, análises, relatórios socioambientais e 10 audiências públicas, com participação do próprio Ministério Público, realizados pelo consórcio empreendedor e rigorosamente avaliados pelo Ibama, órgão licenciador, desde 2000, quando foi iniciado o processo, passando pela Licença Prévia, outorgada em 2005, até a concessão da Licença de Instalação, em dezembro de 2006”, lembrou.

O início da operação da Usina Hidrelétrica Estreito, previsto para 2010, é fundamental para diminuir os riscos de racionamento de energia elétrica a que recentemente o Brasil foi exposto. Um atraso no cronograma da maior obra de geração de energia elétrica em andamento no país representa menos 584 MW de energia firme em um sistema com necessidade mínima de 2.500 MW ao ano, ou seja, cinco hidrelétricas com a capacidade de Estreito a mais para levar energia elétrica a todas as famílias brasileiras. O alerta é do **Instituto Acende Brasil (IAB)**, entidade que desenvolve estudos e projetos de promoção da transparência e sustentabilidade no setor elétrico brasileiro.

Energia elétrica e crescimento econômico estão diretamente relacionados. “O Operador Nacional do Sistema (ONS), responsável pela operação do sistema elétrico brasileiro, conta com a energia das novas usinas que foram programadas para assegurar a projeção de crescimento médio do PIB nacional, que é de 4,7% ao ano”, informou o presidente do **IAB, Claudio Sales**.

De acordo com Sales, a energia da Usina de Estreito representa 23% do que o Brasil precisa em energia assegurada ao ano. “Para se ter uma idéia da importância desse empreendimento, o lastro da UHE Estreito é capaz de suprir na totalidade as demandas atuais de energia dos estados do Maranhão e Tocantins, juntos”.

Na opinião do especialista, a ação civil do Ministério Público do Maranhão que pleiteia a ampliação da área de influência indireta da Usina de Estreito “não faz o menor sentido”, porque vai de encontro à forma criteriosa como transcorreu o processo de licenciamento da UHE Estreito. “Foram seis anos de estudos, análises, relatórios socioambientais e 10 audiências públicas, com participação do próprio Ministério Público, realizados pelo consórcio empreendedor e rigorosamente avaliados pelo Ibama, órgão licenciador, desde 2000, quando foi iniciado o processo, passando pela Licença Prévia, outorgada em 2005, até a concessão da Licença de Instalação, em dezembro de 2006”, lembrou.